



Empresas poderão ter nova chance de participar do Refis



Marcos Oliveira/Agência Senado

Comissão mista da MP 651/2014 acatou proposta de reabertura do Programa de Recuperação Fiscal (Refis), que permite a empresas quitar tributos federais atrasados

A reabertura do chamado Refis da Crise, prevista em projeto de lei de conversão à Medida Provisória 651/2014, foi aprovada ontem pela comissão mista de análise. O projeto ainda será apreciado pelos Plenários da Câmara e do Senado.

Uma vez publicada a lei resultante da MP, as empresas inadimplentes terão prazo de 15 dias para se beneficiar das condições do programa, como o parcelamento em 180 meses.

O texto aprovado também torna definitiva a desoneração da folha de quase 60 setores da indústria. **4**

Parlamentares discutem exclusão de artigos contidos na MP 651, que pode ser votada na Câmara dos Deputados semana que vem

Lei de Diretrizes Orçamentárias aguarda relatório preliminar para emendas 4



Moreira Manz/Agência Senado

Vital do Rêgo preside e Marco Maia é o relator da CPI Mista da Petrobras

Acesso da CPMI à delação de Paulo Roberto Costa é negado

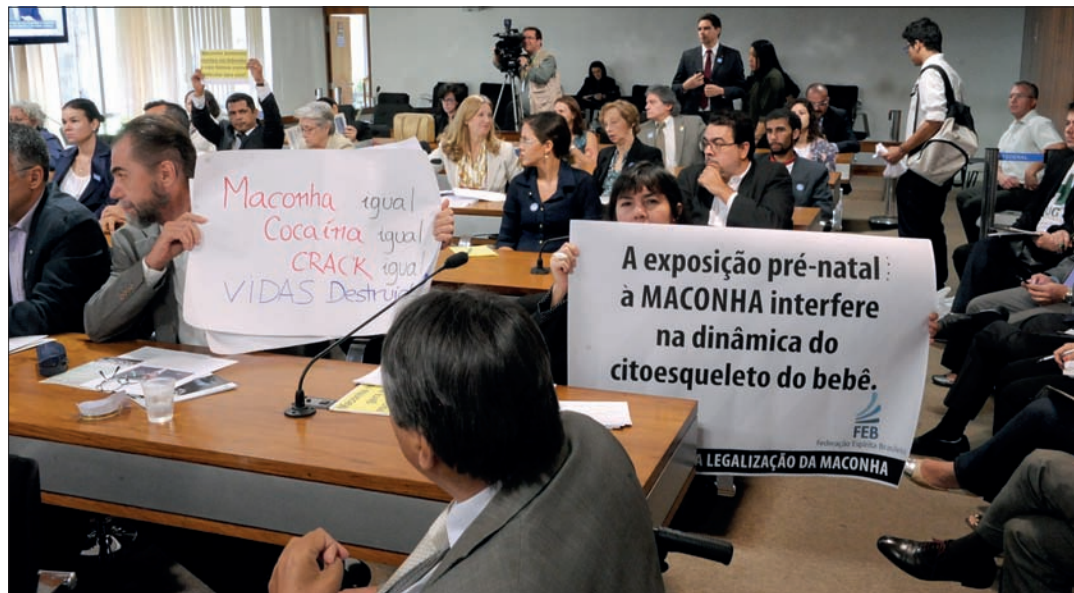
O ministro Teori Zavascki, do STF, negou à CPI Mista da Petrobras acesso às declarações feitas à Justiça pelo ex-diretor da estatal Paulo Roberto Costa. Zavascki afirmou que o acordo de delação premiada firma-

do por Costa só deixa de ser sigiloso quando for recebida a denúncia resultante dos depoimentos, o que ainda não ocorreu. O ex-diretor participou de esquema que desviou recursos da Petrobras. **3**

Comissão ouve contrários à maconha

A Comissão de Direitos Humanos fará segunda-feira o sexto debate sobre a regulamentação da maconha. Foram convidados apenas palestrantes que têm

posições contrárias a qualquer tipo de legalização da droga. Nas audiências públicas já feitas, houve consenso sobre a liberação do uso medicinal. **2**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Manifestantes expõem cartazes contra a legalização da maconha em um dos debates na Comissão de Direitos Humanos

Termina dia 28 prazo para votar reajuste de policiais 4

Viveiro do Senado é exemplo de arquitetura sustentável 2

Projeto de lei que define o crime de terrorismo tem oposição da OAB 4

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Estatuto da Juventude



Secom | Criação e Marketing

Liberdade é ter autonomia

Os jovens sonham ser livres e independentes. Por isso, o Congresso Nacional aprovou o Estatuto da Juventude, que permite a você que tem entre 15 e 29 anos viver com mais autonomia.

É a lei ajudando os jovens a alçar voos cada vez maiores.

saiba mais em: www.senado.leg.br/agoraelei



Contrários à legalização da maconha serão ouvidos

Segunda-feira a Comissão de Direitos Humanos fará a sexta audiência pública para discutir sugestão de regulamentação da droga. Serão ouvidos padre, psicólogo e estudiosa sobre os efeitos do uso

A COMISSÃO DE Direitos Humanos (CDH) realiza na segunda-feira mais uma audiência para colher subsídios sobre a regulamentação da maconha. Desta vez, foram convidados pessoas que se posicionam de forma contrária à legalização. É o sexto debate sobre o tema.

Exporão seus argumentos o padre Aníbal Gil Lopes, da Arquidiocese do Rio de Janeiro, o psiquiatra Marcos Zaleski e a presidente da Associação Brasileira do Estudo do Álcool e outras Drogas (Abead), Ana Cecília Marques.

O objetivo de Cristovam Buarque (PDT-DF), relator da sugestão da população acerca do tema, é ouvir os argumentos dos setores organizados da sociedade para subsidiar a decisão de transformar o conteúdo da sugestão (SUG

8/2014) em projeto de lei.

Nas reuniões já realizadas, apesar da falta de consenso sobre a liberação para uso recreativo, avançou a percepção de que é urgente a liberação da maconha para fins medicinais.

No primeiro debate (2 de junho), o secretário-geral da Junta Nacional de Drogas do Uruguai, Julio Calzada, destacou o efeito positivo da legalização do comércio da droga sobre a criminalidade naquele país.

Em 11 de agosto, o coronel Jorge da Silva, ex-chefe do Estado Maior da Polícia Militar do Rio de Janeiro, disse que os índices de violência demonstram que o atual modelo proibicionista não deu resultados positivos.

Na terceira audiência (25 de agosto), a liberação do uso medicinal foi defendida por pais

cujos filhos têm recomendação médica para fazerem uso de medicamentos derivados da droga e por especialistas.

Em 8 de setembro, o defensor público na Bahia Daniel Nicory frisou que as cadeias estão sendo superpovoadas por jovens sem antecedentes criminais, condenados por portarem quantidades pequenas de drogas, e que saem pior do que entraram no cárcere.

No quinto encontro (22 de setembro), o juiz João Marcos Buch disse ter certeza de que o direito penal jamais vai cumprir o papel de impedir o uso de drogas: o que faz é alimentar a criminalidade com a proibição. Já o procurador da República Guilherme Zanina Schelb, que atua na defesa da infância e juventude, acredita que a liberação da maconha teria profundo impacto negativo na vida de crianças e adolescentes, assim como o cigarro e a bebida já têm.



Mario Viggiano (de frente) recepciona procuradores de Porto Alegre

Arquitetura sustentável do Senado é referência

As diretrizes de sustentabilidade adotadas no planejamento, arquitetura e construção do complexo do viveiro sustentável do Senado estão servindo de referência e conceito para edificações públicas. E foi para conhecer o trabalho realizado que uma equipe da Procuradoria-Geral da Prefeitura de Porto Alegre esteve no Senado na terça-feira.

O objetivo da visita foi colher subsídios e informações de casos de sucesso na aplicação de boas práticas na construção de edifícios públicos sustentáveis.

— Temos a meta de construir a nova sede da Procuradoria Municipal e viemos conhecer in loco essa experiência exitosa implantada pelo Senado — comentou o procurador-geral-adjunto de Pessoal, Marcelo do Canto.

A comitiva, formada por

procuradores e um engenheiro, foi recebida por servidores do Núcleo de Ações Socioambientais (NCAS), que mostraram como foram usados materiais de qualidade que seriam jogados fora.

Na construção da estufa, por exemplo, foram aproveitados vidros temperados descartados de dependências do Senado. Os tijolos foram fabricados a partir da terra retirada do local onde hoje está localizado o viveiro. As treliças de telhado foram feitas com tubos de papelão e madeira de reflorestamento.

O arquiteto Mario Viggiano, idealizador e gestor do projeto, fez questão de destacar a importância da adoção, pelos gestores públicos, dos conceitos e boas práticas de sustentabilidade, como economia futura, redução do impacto ambiental e disseminação das ideias sustentáveis.



Professora Maria Alice se manifesta durante debate sobre liberação da maconha

PARTICIPE SEGUNDA ÀS 9h

- ▶ **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/CDHcontraMaconha>
- ▶ **Facebook:** eCidadaniaSF
- ▶ **Twitter:** @e_cidadania
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211
- ▶ **Taquigrafia:** <http://bit.ly/comissaoDireitosHumanos>

Município Brasil mostra brasileiros na hora do voto

O tema da edição especial do *Município Brasil* que vai ao ar amanhã, na TV Senado, são os desafios que a Justiça Eleitoral enfrenta para que eleitores de Norte a Sul possam exercer o direito ao voto. O programa inédito vai ao ar a partir das 20h, com reprise no domingo, às 16h.

As reportagens apresentam as dificuldades de alguns brasileiros para chegar aos locais de votação. Explica, ainda, porque os pleitos no Brasil são

realizados a cada dois anos.

O programa foi a Chaves, na Ilha de Marajó (PA), um dos locais de mais difícil acesso no país para a Justiça Eleitoral. A urna eletrônica é transportada de barco, helicóptero e até no lombo de um búfalo para chegar à seção eleitoral.

O *Município Brasil* mostra a repercussão de assuntos locais no Congresso e os impactos das decisões do Legislativo no dia a dia dos cidadãos. Com linguagem informal, apresenta

notícias, projetos, debates e um pouco da história dos 5.570 municípios brasileiros. O quadro “Fique por dentro” apresenta sugestões de como o cidadão pode fiscalizar o trabalho dos gestores públicos. E os prefeitos recebem dicas de um especialista para manter as contas em dia. O “#Soudaqui” é o espaço para mostrar ao Brasil a cara do seu município.

Vídeo de chamada do programa: <http://bit.ly/MuniBrasil10-2014>

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

9h Sessão não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **9h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **a sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

- Presidente:** Renan Calheiros
- Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana
- Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá
- Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro
- Segunda-secretária:** Ângela Portella
- Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira
- Quarto-secretário:** João Vicente Claudino
- Suplentes de secretário:** Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- Diretor:** Davi Emerich
- Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos
- Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

- Diretor:** Marco Antonio Reis
- Diretor-adjunto:** Flávio Faria
- Coordenação de Cobertura:** Nelson Oliveira
- Coordenação de Edição:** Sílvio Burl
- Coordenação de Multimídia:** James Gama
- Site:** www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

- Editor-chefe:** Marcio Maturana
- Edição:** André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin
- Diagramação:** Beto Alvim e Ronaldo Alves
- Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
- Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
- Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
- Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Na avaliação do ministro do Supremo, a CPMI só poderá conhecer os depoimentos sigilosos do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa após o recebimento da denúncia

Zavascki nega acesso à delação de ex-diretor

O MINISTRO TEORI Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou à CPMI da Petrobras acesso às declarações sigilosas do ex-diretor da estatal Paulo Roberto Costa à Justiça prestadas em razão de delação premiada. O pedido havia sido feito e reiterado pelo presidente da CPMI, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB).

O argumento de Vital era que, com a homologação, no final da semana passada, do acordo de delação firmado pelo ex-funcionário da estatal, a comissão poderia ter acesso às informações, que estão protegidas por segredo de Justiça.

No despacho em que negou o pedido, Zavascki afirma que o acordo de colaboração premiada só deixa de ser sigiloso assim que recebida a denún-

cia, o que ainda não ocorreu.

Em entrevista, o relator da CPI, deputado Marco Maia (PT-RS), disse que, mesmo com uma possível negativa, a CPMI continuaria trabalhando. Para ele, no entanto, a falta de acesso à delação poderia prejudicar a elaboração do relatório.

Preso na Operação Lava-Jato, da Polícia Federal, o ex-diretor confessou envolvimento em negociatas na estatal. Para diminuir as penas, Costa fez um acordo de delação premiada com a Justiça Federal, revelando nomes de políticos, diretores da Petrobras e executivos de empreiteiras envolvidos em esquemas de corrupção relacionados a inúmeros contratos da estatal.



Segundo o ministro Zavascki, sigilo da delação premiada de Paulo Roberto Costa está protegido pela Lei 12.850/2013

Contadora aponta elo entre Youssef e Cachoeira

Em depoimento na quarta-feira à CPI mista que investiga irregularidades na Petrobras, Meire Poza, ex-contadora de Alberto Youssef, apontou possíveis relações entre o esquema de lavagem de dinheiro e evasão de divisas do doleiro com o contraventor Carlinhos Cachoeira. O bicheiro foi preso pela Polícia Federal em 2012 durante a Operação Monte Carlo, que desarticulou organização que explorava máquinas caça-níqueis em Goiás.

Meire contou aos parlamentares que foi procurada durante o funcionamento da CPI mista que investigou Carlinhos Cachoeira por Waldomiro de Oliveira, um funcionário de Youssef, para resolver a contabilidade da

RCI Software e Hardware Ltda, da MO Consultoria e da Empreiteira Rigidez.

Segundo Meire, as três empresas estavam no nome de Oliveira. A suspeita da Polícia Federal é de que se tratam, na verdade, de empresas de fachada de Youssef. Conforme a Polícia Federal, elas teriam mantido negócios com outra companhia laranja que atuava no esquema operado por Cachoeira, a Alberto & Pantoja, que, por sua vez, tinha relações com a Delta Construções.

Contratos e notas fiscais em nome da RCI, da MO e da Empreiteira Rigidez foram apreendidos pela PF no escritório de Meire Poza em julho passado. De acordo com a contadora, essas empresas

não tinham atividade além da emissão de notas fiscais.

— A sede era uma salinha, não tinha quadro de empregados. Então, ao que tudo indica, na contabilidade, até porque não existiam nem documentos, existiam entradas de dinheiro através de notas que eram emitidas — explicou.

Após rejeitar o serviço, Meire declarou ter pedido a Oliveira que retirasse os documentos do escritório dela.

— Esses documentos ficaram no meu escritório. Mesmo eu não tendo feito o serviço, pedi que ele retirasse, mas ele nunca retirou. Olhando esses documentos, eu sei que existiam lá alguns contratos que especificavam algumas obras — disse.

Sigilos bancário e fiscal de Meire Poza podem ser quebrados

O depoimento de Meire Poza, ex-contadora do doleiro Alberto Youssef, à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Petrobras não deixou dúvidas em alguns parlamentares de que ela também integrava o esquema de corrupção, lavagem de dinheiro e evasão de divisas comandado pelo ex-cliente dela. A comissão de inquérito recebeu, na quarta-feira, pedidos de quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da contadora e da empresa dela, a Arbor Contábil.

A iniciativa partiu do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que, durante o depoimento, pressionou para que ela

desse mais detalhes sobre o faturamento da empresa. Pouco antes, ela havia confessado ter emitido ao menos R\$ 7 milhões em notas frias.

— Nós estamos aqui é com uma fornecedora de nota fria para um esquema de lavagem de dinheiro. É o que está aparentando. Pode até ser equivocada a minha informação, mas ela já admitiu pelo menos R\$ 7 milhões. Então é ré confessa, não pode ser tratada como testemunha — disse Eduardo Cunha, que também já pediu a reconvocação da contadora para que fale como investigada.

O relator, Marco Maia, tem opinião semelhante.

Figueiró espera ataque à oposição

Ruben Figueiró (PSDB-MS) disse que espera “artilharia pesada” do PT no retorno da propaganda eleitoral no rádio e na televisão. O senador afirmou que a campanha da oposição será em torno do debate de propostas.

— E não vai se intimidar com qualquer ação difamatória que venha pela frente, muito menos com possíveis baixarias mentirosas que digam respeito à vida pessoal do nosso candidato. Estamos esperando artilharia pesada, mas nossa estratégia é mais forte — acrescentou.

O parlamentar também ressaltou o apoio de diversas lideranças à candidatura de Aécio Neves à Presidência.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Fleury: investidor está otimista com 2º turno

Fleury (DEM-GO) afirmou em Plenário que os empresários demonstram maior desejo de investir no país se o candidato do PSDB à Presidência, Aécio Neves, vencer as eleições.

Para Fleury, a recente alta da Bolsa de Valores, após a definição de Aécio no segundo turno, comprovaria essa tendência. O senador destacou o encontro que o presidencialista teve na quarta-feira, no Memorial JK, em Brasília, com empresários e políticos.

— O memorial ficou pequeno pelo número de autoridades, de amigos presentes — contou Fleury, para quem o ex-presidente JK é símbolo de dignidade na administração.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Requião quer plano nacional de governo

Roberto Requião (PMDB-PR) disse ontem que gostaria de ver as propostas dele para um governo nacional adotadas pelo próximo governo, que, ele espera, tenha à frente Dilma Rousseff. Na opinião dele, as propostas de Dilma são melhores para o país que as do candidato Aécio Neves.

Para Requião, o ponto de partida para qualquer mudança no Brasil é o restabelecimento de um governo nacional, que planeje a médio e longo prazo o destino do país. Ele propôs uma nova política de infraestrutura sob o controle do Estado, admitindo a recriação da Cide, o imposto dos combustíveis, para reorganizar a logística de transportes.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ana Amélia critica postura do PT

Ana Amélia (PP-RS), que disputou o governo gaúcho, afirmou que respeita a decisão soberana do povo do Rio Grande do Sul, que a deixou em terceiro lugar na disputa.

Ela afirmou que sua campanha foi respeitosa e limpa, sem ataques, ao contrário do que fez a campanha adversária, que, segundo ela, a caluniou num verdadeiro trabalho de desconstrução de sua imagem.

Para a senadora, a forma de agir do PT em relação a quem pensa de forma diferente é de muita truculência. Por isso, questionou:

— Que democracia é essa que acusa e ataca o adversário com o medo, com a mentira, com a tentativa de intimidar?



Jefferson Rudy/Agência Senado

Aureliano defende campanha justa

Antônio Aureliano (PSDB-MG) chamou a atenção para o papel fundamental do segundo turno da eleição presidencial na consolidação da democracia. Para isso, segundo o senador, o eleitor precisa ter consciência da trajetória dos candidatos e recusar campanhas baseadas no que classificou como difamações e palavras vãs.

Para o senador, o candidato do PSDB, Aécio Neves, representa esperança e segurança, pela avaliação de seus 30 anos de vida pública. Ele ainda ressaltou a experiência de Aécio na Câmara e no Senado para lembrar que todos os presidentes só conseguiram promover grandes transformações ao ouvir o Congresso.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Comissão aprovou texto da medida provisória que dá novo prazo para que empresas possam aderir ao programa de parcelamento de débitos e desonera a folha de setores da indústria

Aprovada reabertura de prazo para o Refis

AS EMPRESAS INADIMPLENTES poderão ter uma nova oportunidade para quitação dos tributos federais com a reabertura do chamado Refis da Crise, prevista em projeto de lei de conversão à Medida Provisória 651/2014, aprovado ontem por comissão mista de deputados e senadores. Para facilitar o entendimento com a oposição, o relator da MP, deputado Newton Lima (PT-SP), excluiu uma série de artigos que constavam da proposta, de autoria dele.

A partir do momento em que for publicada a lei resultante da medida provisória, os contribuintes terão prazo de 15 dias para se beneficiar das condições previstas no Programa de Recuperação Fiscal (Refis), como o parcelamento em 180 meses.

Com o objetivo de estimular a adesão ao Refis, a MP afasta a fixação de honorários advocatícios e de verbas de sucumbência nas ações judiciais que forem extintas em decorrência da adesão do devedor ao parcelamento.

Outra novidade prevista na MP é a possibilidade de o contribuinte utilizar crédito de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para fazer

quitação antecipada de débitos parcelados pela Receita Federal ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Medida com grande impacto nas empresas exportadoras, como destacou Newton Lima, a volta do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) objetiva devolver parcial ou integralmente o resíduo tributário remanescente na cadeia de produção de bens exportados. Os beneficiários são as pessoas jurídicas que exportam bens diretamente ou via empresa comercial exportadora.

O crédito será apurado mediante a aplicação de percentual, que, pelo texto original da MP, variava de 0,1% a 3%. O relator ampliou o teto para 5%.

Desoneração de folha

O texto aprovado torna definitiva a desoneração da folha de pagamento de quase 60 setores da indústria e de serviço. As empresas beneficiadas continuarão a ter o direito de substituir a contribuição previdenciária de 20% sobre folha de pagamento por alíquotas que variam de 1% a 2%, a depender do setor econômico, sobre o valor da receita bruta.

O presidente da comissão mista, senador Romero Jucá



Relator Newton Lima excluiu vários itens para facilitar aprovação, que o senador Jucá espera ocorrer ainda em outubro

(PMDB-RR), destacou a importância da medida para o planejamento das empresas, que passam a contar com regras permanentes, e não mais com prazo de validade.

A MP também incentiva a captação de recursos por empresas de pequeno e médio portes por meio da emissão de ações. Para isso, isenta do Imposto de Renda os ganhos auferidos por pessoas físicas na alienação de ações de companhias que, cumulativamente, tenham valor de mercado inferior a R\$ 700 milhões e receita bruta anual inferior a R\$ 500 milhões.

Oposição questiona excesso de assuntos na MP

Em reunião na quarta-feira, o deputado Mendonça Filho (DEM-PE) questionou a multiplicidade de assuntos que constavam do projeto de lei de conversão, o que levou o relator, na reunião de ontem, a excluir da proposta uma série de artigos. Entretanto, Newton Lima manteve o item que permite à União renegociar até R\$ 5 bilhões de operações de crédito do BNDES.

Mendonça Filho continuou discordando dessa autorização e anunciou que pretende suprimi-la no Plenário da Câmara.

A decisão de ontem, para o senador Romero Jucá, permitirá ao Plenário da Câmara votar a MP na próxima semana e ao Senado decidir nos dias 28 ou 29. A intenção é assegurar a sanção até 6 de novembro, quando a MP perde validade.

Comissão altera tramitação da LDO

O prazo para apresentação de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015 só será definido após a votação do relatório preliminar. Foi o que informou ontem a Comissão Mista de Orçamento (CMO). O período para a apresentação de emendas dos parlamentares ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 (PLN 3/2014-CN) só será oficialmente aberto após a aprovação do relatório preliminar, que já está na pauta, mas aguarda deliberação.

A comissão também comunicou a alteração do cro-



Relatório de Vital do Rêgo será votado na comissão presidida por Devanir Ribeiro

nograma de tramitação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2015 (PLN 13/2014-CN), cuja análise deve ser precedida da apro-

vação da LDO. A comissão informará a alteração de cronograma dos dois projetos na página da CMO, com ampla divulgação.

Reajuste de policiais expira no dia 28

A Medida Provisória (MP) 650/2014, que concede reajustes de 15,8% a agentes, escrivães e papiloscopistas da Polícia Federal, foi aprovada pela Câmara na terça-feira e chegou anteontem ao Senado. Para que a MP não perca a validade, deverá ser votada até o dia 28 de outubro.

A MP aumentou também os salários de peritos federais agrários, reajustando a tabela de gratificação de desempenho de atividade (Gdapa). Para

isso, alterou as leis que tratam dessas carreiras (9.266/1996, 10.550/2002 e 11.358/2006).

Pelo texto aprovado pelos deputados, o subsídio para esses cargos, reajustado em junho, passa, no início da carreira (3ª classe), de R\$ 7.514,33 para R\$ 8.416,05 e, no fim da carreira, para R\$ 13.304,57. A partir de janeiro de 2015, a remuneração inicial passará a ser de R\$ 8.702,20 e, ao final da carreira, de R\$ 13.753,93.

Os reajustes, entretanto,

estão condicionados à aprovação de projeto de créditos adicionais (PLN 5/2014), que altera a LDO em vigor (Lei 12.919/2013).

Além de alterar as remunerações, a medida provisória atualiza a legislação, passando a classificar os cargos de agente, escrivão e papiloscopista como categorias de nível superior. Na prática, os concursos públicos para as três carreiras já exigem nível superior desde 1996.

OAB é contra projeto de lei que define terrorismo

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) manifestou-se, por unanimidade, pela rejeição do Projeto de Lei do Senado (PLS) 499/2013, que define o crime de terrorismo. A proposta para criação da Lei Antiterrorismo, elaborada pela Comissão Mista de Consolidação de Leis e Dispositivos Constitucionais, tramita no Congresso desde novembro de 2013.

O Senado ainda busca um texto de consenso, mas inicialmente o PLS 499/2013 prevê penas que vão de 15 a 30 anos de prisão para o crime de terrorismo. No caso de mortes, a pena seria de 24 anos de reclusão e, se o terrorista usar explosivos, armas químicas ou outros recursos de destruição em massa, o tempo na cadeia pode aumentar em um terço. Outro projeto, o PLS 8/2013, do senador licenciado Armando Monteiro (PTB-PE), tipifica o vandalismo. Ainda não existe no ordenamento jurídico brasileiro a definição de terrorismo.

No entendimento da OAB, tanto na legislação comparada como nos tratados e

convenções sobre terrorismo, as condutas criminalizadas dizem respeito ao ataque às instituições democráticas (Parlamento, Judiciário), com ofensas aos postulados da democracia, motivado por questões religiosas, políticas, étnicas e outras.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) comemorou o posicionamento da OAB. Para o senador, não existe necessidade de uma lei para classificar o terrorismo no Brasil, pois o objetivo seria criminalizar as manifestações populares e ameaçar direitos já garantidos, como o da liberdade de expressão.

— Fico feliz que a OAB esteja ao lado do bom senso. Espero que com esse posicionamento e outra composição do Senado, a partir do ano que vem, esse projeto seja devidamente arquivado — afirmou.

O texto deverá sofrer alterações para ser votado na forma de um substitutivo. Durante as discussões, Romero Jucá (PMDB-RR), relator da matéria na comissão mista, defendeu a proposta como a mais adequada para nortear a elaboração do novo texto.